

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – MAIO – 2015
ANO 22 – NÚMERO 204

Mudança: matéria da vida

O filósofo grego Heráclito de Éfeso dizia que nenhum homem pode se banhar duas vezes no mesmo rio, pois aquelas águas já terão passado e o indivíduo também não será mais o mesmo. É a ideia de que tudo flui e de que se há algo que permanece no mundo é a constante transformação. Algumas mudanças, contudo, trazem desafios maiores. A Justiça mineira vive, neste momento, uma quebra de paradigma, com novidades como o Processo Judicial eletrônico (PJe), que sinaliza para um salto de qualidade na prestação jurisdicional. A mudança pode ser fonte de ansiedade e conflito, mas também de grande aprendizagem. Mudar para quê? Mudar para a vida, pois ela nos impõe desafios e exige de nós movimento e inovação.

Páginas 4 e 5

Tudo flui

Na vida, tudo está em constante movimento e transformação, e isso é algo com que a maioria das pessoas convive com certa tranquilidade. Mas as grandes mudanças – as chamadas quebras de paradigma – têm o efeito de provocar sentimentos diversos nas pessoas. No ambiente de trabalho elas também acontecem, e esse é o momento pelo qual passa o Judiciário mineiro, que, em resposta aos clamores por justiça, tem empreendido mudanças de cultura para oferecer uma melhor prestação jurisdicional aos cidadãos.

“Situações novas podem ser percebidas como oportunidades, ameaças ou um misto das duas coisas. O modo como percebemos as mudanças também se relaciona com aspectos de personalidade. Uns têm maior disposição para riscos, enquanto outros querem evitá-los a todo custo”, avalia o psicólogo Elias Alves da

Costa, diretor da Humana Consultoria Empresarial. Mudança é o tema da matéria de capa desta edição.

Veja ainda, nesta edição, entrevista com a secretária da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag) do TJMG, Ana Paula Villela de Vilhena, sobre o Planejamento Estratégico da Casa. Na conversa, entre outros pontos, ela destaca a importância de todos os magistrados e servidores conhecerem o documento, que norteia as ações e os projetos da instituição.

Outra matéria deste número relata a iniciativa inovadora da juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, da Vara Criminal de Ouro Preto, de visitar as mulheres que solicitaram medida protetiva na comarca. O objetivo das visitas foi realizar audiências para ouvi-las em seus próprios lares. A iniciativa, realizada em

março, foi uma resposta ao chamado de adesão à campanha Justiça pela Paz em Casa.

O informativo traz também matéria sobre o Depósito Forense da comarca de Belo Horizonte, para onde são enviados todas as armas e bens móveis apreendidos pelas polícias militar e civil ou por ordem judicial. Os objetos são armazenados em três endereços da capital, em espaços que mantêm uma rígida rotina de segurança.

Na página de Cultura, confira resenha do juiz Magid Nauef Lauar, coordenador do Cineclube TJ, sobre o filme *Cidadão Kane*, dirigido por Orson Welles. A película será exibida em 21 de maio, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (rua Goiás, 253), na capital. Ainda na página 8, aprecie foto da coluna Clique do Leitor.

Boa leitura!

PJe Expansão 2015

O Processo Judicial eletrônico (PJe-CNJ) chegou às comarcas de Ribeirão das Neves e Vespasiano. Desde o último dia 22 de abril, o petição eletrônico passou a ser obrigatório na 1ª e na 2ª Varas Cíveis e na Vara de Família e Sucessões da comarca de Ribeirão das Neves e na 1ª e na 2ª Varas Cíveis de Vespasiano.

As outras comarcas mineiras que já contam com o PJe são Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Ipatinga, e Santa Luzia. No mês de junho, o sistema será implantado nas comarcas

de Conselheiro Lafaiete e Sete Lagoas, conforme o cronograma estabelecido pela Presidência do TJMG. Entre julho de 2015 e maio de 2016, o PJe deverá ser instalado em mais 20 comarcas de Minas.

A implantação do sistema nas comarcas é precedida de capacitação de magistrados e servidores e de evento de abertura, quando o PJe é apresentado a toda a comunidade jurídica. Confira abaixo o quadro de planejamento para a implantação do PJe no interior, mês a mês.

Mês de implantação	Comarca
junho/2015	Conselheiro Lafaiete e Sete Lagoas
julho/2015	Barbacena, São João del-Rei e Ubá
agosto/2015	Juiz de Fora, Manhuaçu, Divinópolis e Montes Claros
setembro/2015	Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha
novembro/2015	Coronel Fabriciano, Timóteo, Ipatinga, Patos de Minas, Teófilo Otoni, Governador Valadares e Caratinga
março/2016	Uberaba
abril/2016	Uberlândia
maio/2016	Itabira

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouvidor

Jaubert Carneiro Jacques

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Leticia Lima

Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

Coordenador de Imprensa:

Raul Machado

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro, Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Justiça entra nos lares de vítimas de violência doméstica

Soraia Costa

- O que a senhora quer?
- Eu quero que ele vá embora.
- Então ele vai embora hoje.

Esse diálogo aconteceu entre a juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, da Vara Criminal de Ouro Preto, e uma senhora de 68 anos que solicitou à Justiça uma medida protetiva devido a problemas com seu ex-companheiro. A mulher contou que a casa onde vive é dela, que ganha apenas um salário mínimo por mês e tem que sustentar o ex-companheiro, que se recusa a sair e ainda consome muita bebida alcoólica.

Uma jovem de 20 anos queixou-se de que o ex-namorado não aceita o fim do relacionamento e faz ameaças a ela e a seu atual namorado, além de possuir um histórico de agressões físicas. A juíza foi até a casa do rapaz, de 19 anos, e disse-lhe: “Pense na sua liberdade: se você continuar agredindo e ameaçando essa moça, vai ficar preso por muito tempo. Você é jovem, tenha orgulho, se ela não te quer mais, procure outra pessoa”. Marcou uma nova audiência com os jovens, no fórum, dali a poucos dias, e ainda convidou a mãe do rapaz para acompanhá-lo.

Uma jovem mãe de cinco filhos contou à juíza que a situação já está bem resolvida: ela agora tem outro namorado, e o ex-marido está cuidando das crianças. Ela disse que a medida protetiva fez com que o ex mudasse de atitude e passasse a respeitá-la; por isso, ela retirou o pedido de medida protetiva na audiência que foi realizada em frente à casa dela.

Esses foram os três casos que acompanhamos na tarde de 25 de março, quando Lúcia, a juíza (é assim

que a magistrada se apresenta para as partes), visitava as mulheres que solicitaram medida protetiva na comarca. O objetivo foi realizar as audiências para ouvir as mulheres nos seus próprios lares, verificando a situação de cada uma delas, como uma forma de contribuir para a “Justiça pela paz em casa”.

Esforço concentrado

Justiça Pela Paz em Casa é uma campanha de iniciativa da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), para dar celeridade aos processos envolvendo a lei Maria da Penha, que trata dos casos de violência contra a mulher. O mês de março foi escolhido porque nele se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Além das 59 audiências realizadas nas casas das vítimas nos distritos e na cidade de Ouro Preto, a juíza Lúcia Albuquerque Silva realizou no fórum mais 32 audiências de casos de violência contra a mulher e proferiu 46 sentenças.

Segundo a magistrada, a maioria das mulheres desistiu do processo porque a situação já estava resolvida com seus parceiros. Nos casos em que o problema persistia, os homens foram comunicados da necessidade

de afastamento em relação às mulheres. A juíza lembrava a eles que o descumprimento da medida poderia resultar em prisão.

“Foi muito produtivo estar com as mulheres que se declararam vítimas da violência doméstica. Com esse esforço, no mês de março, encerramos uma extensa pauta de audiências e colaboramos para a Justiça pela paz em casa”, concluiu a magistrada.

A equipe que participou das audiências contou com a colaboração do escrivão Luiz Fernando Neto, que organizou os processos; do assessor da juíza, Renato Trindade Martins; do oficial de justiça José Geraldo da Rocha; do servidor público Ricardo Campos Almeida; da promotora de justiça Luiza Helena Trocilo e do advogado da Assistência Judiciária de Ouro Preto, Luiz Fernando da Silva Teixeira.

A superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), desembargadora Evangelina Castilho, avaliou que a campanha nas comarcas de Minas foi um sucesso, porque, “além de ter baixado um número significativo de processos, conscientizou os juízes da importância de julgar mais rapidamente os processos da Lei Maria da Penha, no sentido de diminuir a violência contra a mulher”.

”
O objetivo foi realizar as audiências para ouvir as mulheres em suas próprias casas, verificando a situação de cada uma delas

“



■ A juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, da Vara Criminal de Ouro Preto, na casa de uma das várias mulheres que solicitaram medida protetiva na comarca

■ Durante o mês de março, em adesão à campanha Justiça Pela Paz em Casa, a magistrada Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva realizou 59 audiências no lar de vítimas de violência doméstica

Fotos: Soraia Costa

Pensar, sentir e agir:

o passo a passo para a mudança

Manuela Ribeiro

Inovação, revolução, susto: as palavras correspondem a formas de encarar uma alteração na rotina. Embora a não permanência, resumida na máxima “tudo flui”, de Heráclito, seja a realidade irrefutável – mudam-se as estações, a moeda e a moda, os dirigentes, os times de futebol, os métodos de ensino e de aprendizagem –, nem sempre a novidade é saudada com entusiasmo.

Nas organizações, cuja estrutura tem indivíduos em posições distintas buscando um objetivo comum, toda modificação é fonte potencial de ansiedade e de conflito, devido à incerteza sobre o que virá, mas pode disparar o gatilho para rever procedimentos e aumentar a produtividade. Seres pensantes, capazes de ler os acontecimentos, precisamos, por outro lado, reconhecer o nível de controle que temos sobre as variáveis envolvidas num processo.

De acordo com Mateus Hilbert, publicitário e diretor executivo da Acorda Comunicação, a transmissão das diretrizes deve evitar ruídos, tanto em pequenas como em grandes instituições: “As equipes sabem que o ambiente mudou. Se não informamos as razões ou que mudanças serão feitas, abre-se espaço para que a equipe fantasie as causas e os próximos passos. Quando o líder tem o hábito de ser sempre claro e objetivo, a equipe costuma aguardar um posicionamento oficial”.

Ele destaca que em pequenas empresas reuniões já resolvem, mas nas grandes recomenda-se um processo formal de comunicação (jornal mural, newsletters, cartazes, e-mail). Hilbert esclarece que, mesmo que exista apreensão, os líderes devem ter a coragem de agir: “Só se adia uma mudança quando há uma possibilidade real de que os problemas desapa-



■ Para o psicólogo Elias Costa, da Humana Consultoria Empresarial, motivar um grupo de pessoas a aceitar mudanças e cooperar para que elas sejam aceitas é não só possível mas também salutar



■ Mateus Hilbert, publicitário e diretor executivo da Acorda Comunicação, defende que o líder deve ser sempre claro e objetivo, buscando ainda compreender as motivações de seus liderados

reçam ou sejam amenizados. Caso contrário, quanto mais tempo se demora para avisar, mais duro e repentino será o impacto da informação”.

Respostas à mudança

O psicólogo Elias Alves da Costa, diretor da Humana Consultoria Empresarial, aponta diferentes reações. “Situações novas podem ser percebidas como oportunidades, ameaças ou um misto das duas coisas. O modo como percebemos as mudanças também se relaciona com aspectos de personalidade. Uns têm maior disposição para riscos, enquanto outros querem evitá-los a todo custo”, explica.

Para o consultor, há um espectro de perfis possíveis: os promotores combinam bom nível de informação com autoconfiança, demonstram persistência e conseguem contagiar os outros. Os céticos, que podem ser mais ou menos colaborativos, têm bom conhecimento da situação, mas são menos confiantes: por sua postura mais crítica, necessitam de avaliar em profundidade os riscos. Os positivos apontam falhas, mas, uma vez envolvidos no processo, oferecem também soluções; já os negativos se limitam a criticar.

“O indeciso tende a ser inseguro e pouco informado. Normalmente acha que nada pode fazer em relação às mudanças e adota uma conduta passiva e distanciada, de modo que acaba sendo arrastado pelas mudanças à medida que os riscos são afastados. Há ainda os patrocinadores, que lideram os esforços de mudanças e oferecem os meios políticos e materiais para que elas aconteçam”, sintetiza.

Mudar por quê?

Elias Costa ressalta que as chamadas mudanças incrementais habitualmente não requerem estratégias elaboradas para serem implantadas, pois representam uma evolução natural do que já é praticado. Mas as mudanças de paradigmas levam a novos comportamentos

e modificam a cultura vigente. Essas alterações demandam das pessoas disposição para se apropriarem de tecnologias e métodos de trabalho desconhecidos, abandonando hábitos e práticas estabelecidas.

“As organizações precisam incluir suas equipes nos processos de inovação, porque eles sempre trazem algum tipo de ruptura. As estratégias de gestão da mudança implicam abordagens de natureza comportamental. É essencial envolver as pessoas e torná-las sujeitos e não apenas meros receptores. Todos precisam saber por que a mudança é necessária e como será conduzida”, argumenta.

Para Mateus Hilbert, a melhor maneira de fazer com que um grupo “jogue junto” é estabelecer pelo que se joga e qual o objetivo final da adaptação. Para isso é importante descobrir também quais são os projetos dos membros da equipe (pagar a faculdade de um filho, comprar uma casa ou um carro, alcançar uma boa qualidade de vida). Integrando-se esses anseios, as pessoas podem se sentir mais motivadas a acolher a mudança e conquistar a meta comum.

Na gestão ideal das instituições, portanto, por trás de toda mudança há um plano, mesmo que ela não tenha sido prevista. Segundo Costa, o programa de preparação das pessoas para a mudança deve levar em conta os diversos perfis e oferecer treinamentos técnicos, momentos de sensibilização e os recursos materiais necessários. “A mudança organizacional é um

processo e não um momento mágico. Exige planejamento, disciplina, persistência e envolvimento”, afirma.

Mudar para a vida

Contudo, como a transformação – seja definitiva, reversível ou cíclica – é a matéria da vida, convém a todos desenvolver estratégias para não se deixar afetar negativamente: “O primeiro passo é o autoconhecimento: identificar os próprios sentimentos em relação à mudança e assumi-los. É comum as pessoas negarem o que sentem, projetando ou racionalizando, isto é, dando explicações para justificar sua posição. Um segundo passo é buscar informações, ouvir quem tem mais domínio do assunto”. Além disso, procurar suporte emocional eventualmente pode ser necessário para vencer o medo e seguir.

“Para fazer acontecer é preciso pensar, sentir e agir. Por diferentes razões, muitas vezes, a pessoa pensa, sente e torna a pensar, sem evoluir para uma ação. Porém, quando alguém se dispõe a olhar a situação sob uma nova ótica, vencendo essa barreira, completa-se o processo. Visualizar o futuro desejado, a imagem positiva, costuma ser uma fonte

de energia para nos levar a avançar em direção ao objetivo desejado.

Hilbert defende o interesse humano na implantação de qualquer mudança: “Gosto de entender as motivações dos dois lados, líderes e liderados, e frequentemente sou surpreendido com o que faz com que as pessoas se juntem e mudem. É inclusive oportuno pensar sobre isso pouco depois da morte de Eduardo Galeano, em 14 de abril. Ele dizia: ‘Muitas pessoas pequenas, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, podem mudar o mundo’”, conclui.

”

As estratégias de gestão da mudança implicam abordagens de natureza comportamental. É essencial envolver as pessoas e torná-las sujeitos, não apenas meros receptores

“



Renata Caldeira

De acordo com Ana Paula Vilhena, o Tribunal tem ampliado formas alternativas de solução de conflitos, a fim de reduzir a distribuição de processos

Planejando estratégias para a Justiça mineira

Com uma longa carreira no Judiciário de Minas, Ana Paula Villela de Vilhena já atuou em diversas áreas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Exerceu o cargo de escrevente judicial da comarca de Belo Horizonte, de oficial judiciário e de técnico judiciário. Desempenhou as funções de coordenadora da Divisão de Pessoal, diretora de Pessoal, secretária de Recursos Humanos, secretária da Corregedoria-Geral de Justiça, assessora de Gestão da Inovação e secretária da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), cargo que ocupa atualmente. Em suas mãos, está o desafio de ajudar a desenhar e a fazer valer o Planejamento Estratégico da Casa.



É fundamental que magistrados e servidores compartilhem o conhecimento relacionado à estratégia da instituição, para que possam enfrentar os desafios juntos, e, juntos, atingir os resultados almejados



TJMG Informativo – O que o atual Planejamento Estratégico do TJMG traz de diferente em relação a outros planos?

Uma das principais novidades trazidas com a Resolução 198/2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no Poder Judiciário, é a necessidade de as metas nacionais integrarem os planos estratégicos dos tribunais, o que proporciona maior uniformidade entre os planejamentos dos Poderes Judiciários do país. Dessa forma, os objetivos dos diversos tribunais ficam voltados para a atividade jurisdicional. Também foram reafirmados os componentes do planejamento como sendo a missão, a visão, os valores, substituídos os chamados “objetivos estratégicos” por “macrodesafios do Poder Judiciário”.

Qual é a importância de todos os magistrados e servidores conhecerem o Planejamento Estratégico da Casa?

Segundo o autor Ronaldo Camilo, no livro Modelagem Dinâmica da Gestão, “estratégia é o caminho escolhido para se alcançar os objetivos da organização. Os conjuntos imaginados de eventos e posições que se pretende alcançar em alguma época futura, ou deles se aproximar. Posições e ações gerais que orientam o atingimento de um objetivo”. Nesse sentido, é fundamental que magistrados e servidores compartilhem o conhecimento relacionado à estratégia da instituição, para que possam enfrentar os desafios juntos, e, juntos, atingir os resultados almejados.

Como as metas nacionais e as metas institucionais podem ser traduzidas para cada servidor,

para que ele possa contribuir para se atingirem as “grandes” metas?

A Seplag, por meio do Centro de Informações para Gestão Institucional (Ceinfo), está preparando um relatório por câmara, vara e unidade jurisdicional, para que os juízes tenham conhecimento do desempenho de sua unidade judiciária relativamente às metas nacionais. O Tribunal tem ainda ampliado formas alternativas de solução de conflitos, a fim de reduzir a distribuição de processos. Vem desenvolvendo, também, processos de padronização e racionalização dos serviços, visando à melhoria dos processos de trabalho nas unidades organizacionais.

De que forma o atual Planejamento Estratégico do TJMG favorece a integração entre as várias áreas da instituição?

No artigo 9 da Resolução 198/2014 do CNJ, está prevista a realização da reunião de avaliação da estratégia (RAE), que deverá ser realizada pelo menos quadrimestralmente. A RAE tem por objetivo a avaliação e o acompanhamento dos resultados, com a finalidade de promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional. A RAE, no TJMG, é tarefa do Comitê Estratégico – composto pelo presidente, pelos vice-presidentes e pelo corregedor-geral de justiça –, órgão que identifica a necessidade de reformulação do Plano Estratégico, selecionando as ações que deverão ser repensadas. O Comitê Executivo, por sua vez, atua corrigindo os rumos da ação ou substituindo-a por outra, criando um círculo virtuoso de integração das áreas, em prol do atingimento dos objetivos institucionais.



■ No depósito está reunida uma infinidade de objetos: capacetes, televisões, máquinas de jogos de azar, celulares, entre inúmeros outros

Um judiciário que pouca gente conhece

A rotina no depósito de bens e armas apreendidos da comarca de Belo Horizonte

Raul Machado

Lá não se pode usar o WhatsApp. Aliás, nem se entra com o celular. Na portaria, um segurança revista todos os que ali trabalham e qualquer objeto que se tenha trazido de casa fica guardado em escaninhos, logo na entrada. Apenas na saída recebe-se tudo de volta. Os funcionários são ainda alertados para manter discrição e falar pouco – ou nada – sobre o que fazem no trabalho.

Esse ritual de segurança é rotina para as aproximadamente 40 pessoas que trabalham no Depósito Forense da comarca de Belo Horizonte. Os espaços – dois depósitos de bens e uma sala cofre de armas – funcionam em três endereços na capital. É para lá, sob rígido controle e esquema de segurança, que são enviados todas as armas e bens móveis apreendidos pelas polícias militar e civil ou por ordem judicial.

Quem visita os espaços tem a sensação de estar em um topa-tudo, um almoxarifado, um depósito de caixas e malas ou até mesmo em um antiquário. Ali está reunida uma infinidade de objetos: capacetes, televisões, malas de viagem, máquinas de jogos de azar, mobiliário de bingos, móveis, geladeiras, bicicletas e mochilas. Mas são os celulares, acondicionados em caixas, os campeões de presença nos depósitos.

Grandes estantes acomodam milhares de caixas de papelão, que guardam em seu interior os objetos em enve-

lhos plásticos, lacrados e identificados. Cheques e moedas estrangeiras são guardados em cofre. Dinheiro vivo é depositado em contas judiciais.

A entrada dos bens no depósito segue um esquema rigoroso de conferência, cadastro e identificação. Na chegada, os objetos são conferidos na presença da pessoa que os trouxe. No final dessa etapa, os bens já estarão

cadastros no Siscom – o sistema de informatização dos serviços das comarcas. Quem encaminhou o material ao depósito obtém um recibo.

Na segunda etapa do procedimento, os objetos são novamente conferidos e em seguida envelopados e lacrados, caso tenham pequenas dimensões. Todos os itens são identificados e lançados em um sistema interno de controle e localização.

Uma equipe dedica-se a cuidar das rotinas administrativas, da papelada de entrada e saída dos bens, da comunicação com as varas e da produção dos autos de destinação. Entre as estantes, uma turma movi-

menta os objetos – são aqueles que literalmente “pegam no pesado”.

Destinação dos objetos

As armas e as munições apreendidas recebem um tratamento diferenciado, como determina o Estatuto do Desarmamento e a Resolução 134/2011 do CNJ. Resumidamente, depois que o laudo é feito, esse material é

encaminhado para o Exército, a fim de que seja destruído. Permanecem guardadas apenas aquelas que podem contribuir para a elucidação de algum crime.

“Já chegou muita coisa estranha aqui”, conta Hebert Furtado de Oliveira Gomes, responsável pela Coordenação de Armas e Bens Apreendidos da Comarca de Belo Horizonte (Coarb). Chifres, peles de gato, bonecos de vodu e acessórios de uma casa de prostituição estão entre as apreensões mais inusitadas. Os perecíveis são rapidamente descartados. “Não podemos aferir a qualidade do produto alimentício ou as condições de conservação deles”, observa.

“O ideal é que esse esses objetos fiquem o menor tempo possível sob a guarda do Judiciário. A Corregedoria e a Direção do Foro têm feito de tudo para, dentro das normas, promover constantemente a destinação desses objetos”, explica o juiz auxiliar da Corregedoria e diretor do Foro de Belo Horizonte, Cássio Azevedo Fontenelle. Um grupo de trabalho foi criado para otimizar a gestão dos bens, e uma das metas é reduzir o volume de coisas guardadas em 25% até o fim deste ano.

A maioria dos objetos tem como destino a destruição ou a doação para instituições beneficentes, que podem utilizá-los ou vendê-los. Todos os procedimentos de destinação passam pelo juiz e são acompanhados por um oficial de justiça.

O tempo se encarrega de tornar uma boa parte das coisas inutilizáveis, portanto, para evitar essa perda, nomeiam-se entidades filantrópicas como depositárias fiéis dos objetos. As entidades zelam pela manutenção dos bens e, no fim do processo, caso a Justiça determine o perdimento, o juiz pode doar os bens à instituição que teve a guarda deles.

O filme *Cidadão Kane*, dirigido por Orson Welles, será exibido em maio no Cineclube TJ, projeto que une a exibição e o debate de obras clássicas do cinema. A sessão acontece no dia 21, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (rua Goiás, 253). Confira, abaixo, resenha do filme.

Cidadão Kane

Juiz Magid Nauef Lauer*

Cidadão Kane, de 1941, é considerado um dos melhores filmes de todos os tempos, sendo que alguns o consideram “o melhor filme de todos os tempos”.

A genialidade de Orson Welles é um dos grandes elementos da qualidade desse filme, pois o Welles tinha 25 anos quando dirigiu, produziu, protagonizou e foi roteirista de *Cidadão Kane*. E com tal idade já era famoso, em razão de ter transmitido um programa de rádio, em 1939, que simulava uma invasão de marcianos nos Estados Unidos. A RKO Pictures concedeu ao Orson Welles privilégios jamais concedidos a um novato: liberdade de ação e muita verba! Além disso, defendeu a exibição do filme, quando o magnata de comunicações William Randolph Hearst usou de todo o seu poder e dinheiro para impedir a exibição, posto que entendeu que a obra era sobre a sua trajetória.

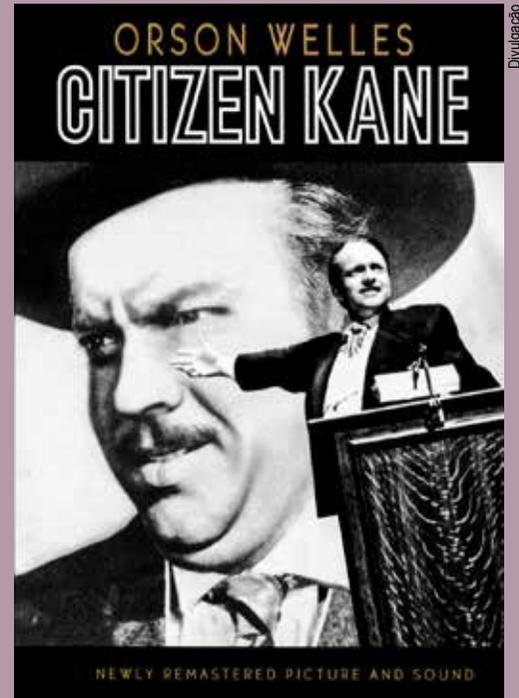
A trama gira em torno de uma palavra – “rosebud”. A história conta como o repórter Thompson (Joseph Cotten) reconstitui a trajetória do empresário da imprensa Charles Foster Kane (Welles), buscando decifrar o significado de sua última palavra no leito de morte: “rosebud”. A morte de Kane comovera a nação, e descobrir o porquê daquela palavra se torna uma obsessão para o jornalista, que acredita poder encontrar nela a chave do significado daquela vida atribulada,

afinal: o que passara pela mente de um homem como Foster Kane, que teve tudo em sua vida, para pronunciar uma única palavra, tão misteriosa, em seu leito de morte? A palavra é intrigante porque nenhum dos seus amigos íntimos ouviu em toda sua vida qualquer menção a ela, e não fazem a menor ideia do que isso possa significar. Toda a vida de Kane é passada diante dos olhos do espectador e, com isso, em toda sua vida pública, repleta de escândalos e luxo, em nenhum momento é demonstrado claramente o que a palavra “rosebud” poderia significar.

O filme revolucionou a técnica cinematográfica, com o uso de *flashbacks*, sombras, longas seqüências sem cortes, tomadas de baixo para cima, distorção das imagens para aumentar a carga dramática; a iluminação é pouco convencional, o foco transita do primeiro plano para o *background*, os diálogos são sobrepostos e os closes usados com contenção. Revolucionário!

Prêmios

Foi indicado para o Oscar de: Melhor Filme, Melhor Ator, Melhor Direção de Arte, Melhor Filme, Melhor Diretor, Melhor Montagem, Melhor Trilha Sonora, Melhor Som e Melhor Fotografia. Mas recebeu apenas o Oscar de Melhor Roteiro.



O filme, de 1941, revela a genialidade do diretor Orson Wells

* Coordenador do Cineclube TJ Desembargador Sérgio Braga



CLIQUE DO LEITOR

Da nossa sala, no 9º andar da Unidade Raja Gabaglia do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), temos uma vista privilegiada de Belo Horizonte e seu entorno. A cada momento, somos presenteados com a visão de um novo espetáculo da natureza. A foto foi tirada pela manhã, logo que cheguei ao Tribunal. Havia chovido muito durante a madrugada, e naquele momento o céu se abriu um pouco, nos deixando a vista da Serra da Piedade.

Augusto Brasil, Núcleo de TV da Assessoria de Comunicação Institucional

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com “Clique do Leitor”. As melhores fotos serão publicadas neste espaço.